

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO

O PRESBÍTERO, MESTRE DA PALAVRA, MINISTRO DOS SACRAMENTOS E GUIA DA COMUNIDADE, EM VISTA DO TERCEIRO MILÊNIO

*Do Vaticano, 19 de março de 1999
Solenidade de São José
padroeiro da Igreja Universal*

Aos Eminentíssimos e Excelentíssimos Ordinários,

A Igreja toda se prepara, em espírito de penitência, ao iminente ingresso no Terceiro Milênio após a Encarnação do Verbo, estimulada pela contínua solicitude apostólica do Sucessor de Pedro por uma sempre mais viva memória da vontade do seu Fundador divino.

Em íntima comunhão de intentos com tal fervor, a Congregação para o Clero, na sua Assembléia Plenária celebrada nos dias 13 a 15 de outubro de 1998, decidiu confiar a cada um dos Ordinários a presente Carta Circular, endereçada, por seu intermédio, a todos os sacerdotes. O Santo Padre, na alocação pronunciada naquela circunstância, dizia: « A perspectiva da nova evangelização encontra um seu momento forte no empenho do Grande Jubileu. Nele, encontram-se providencialmente os caminhos traçados pela Carta apostólica [Tertio Millennio adveniente](#) e as indicadas pelos Diretórios para os Presbíteros e para os Diáconos Permanentes, pela Instrução acerca de algumas questões sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério pastoral dos sacerdotes, bem como pelo que será o fruto da presente Plenária. Graças à universal e convicta aplicação destes documentos, a expressão "nova evangelização", já consuetada, poderá traduzir-se mais eficazmente em realidade operante ».

Trata-se de um instrumento que, atento às atuais circunstâncias, é destinado a suscitar um exame de consciência de cada sacerdote e dos presbitérios, bem sabendo que o nome do amor, no tempo, é fidelidade. No texto, reafirmam-se os ensinamentos conciliares e pontifícios como também são recordados os outros documentos, acima mencionados pelo próprio Sumo Pontífice. Com efeito, trata-se de documentos fundamentais para se responder às autênticas exigências dos tempos e para não correr em vão na missão evangelizadora.

As sugestões para a reflexão, colocadas ao termo de cada capítulo, não têm como finalidade uma resposta a ser enviada à Congregação; elas pretendem ser, tão somente, um auxílio à reflexão, enquanto procuram

interpelar a realidade de cada dia à luz dos documentos acima acenados. Os destinatários poderão servir-se delas da maneira que julgarem mais frutuosa.

Na consciência de que nenhuma empresa missionária poderá ser realisticamente realizada sem o empenho motivado e entusiasta dos sacerdotes, primeiros e mais valiosos colaboradores da Ordem Episcopal, com a presente Carta Circular se pretende oferecer também um subsídio para as jornadas sacerdotais, os retiros, exercícios espirituais e as reuniões presbiterais, promovidas pelas respectivas circunscrições, neste tempo propedêutico ao Grande Jubileu e, sobretudo, durante o desenvolvimento do mesmo.

Com os votos de que a Rainha do Apóstolo, Estrela luminosa, guie os passos dos seus diletos filhos Sacerdotes, filhos no seu Filho, pelos caminhos da comunhão efetiva, da fidelidade e do exercício generoso e integral do seu indispensável ministério, desejo-lhes a plenitude do bem no Senhor, exprimindo-lhes os sentimentos de cordial obséquio no vínculo do afeto colegial.

DARÍO Card. CASTRILLÓN HOYOS

Prefeito

CSABA TERNYÁK

Secretário

INTRODUÇÃO

Nascida e desenvolvida no terreno fértil da grande tradição católica, a doutrina que descreve o presbítero como *mestre da Palavra, ministro dos sacramentos e guia da comunidade cristã a ele confiada*, constitui um roteiro de reflexão sobre a sua identidade e sobre a sua missão na Igreja. Sempre a mesma e, no entanto, sempre nova, esta doutrina precisa ser meditada ainda hoje, com fé e esperança, em vista da *nova evangelização* para a qual o Espírito Santo está chamando todos os fiéis, por intermédio da pessoa e da autoridade do Santo Padre.

É necessário um crescente empenho apostólico de todos na Igreja, ao mesmo tempo pessoal e comunitário, renovado e generoso. Pastores e fiéis, particularmente encorajados pelo testemunho pessoal e pelo luminoso ensinamento de João Paulo II, devem compreender, de maneira sempre mais profunda, que chegou o tempo de acelerar o passo, de olhar adiante com ardente espírito apostólico, de preparar-se a atravessar os umbrais do século XXI com uma atitude de abrir totalmente as portas da história a Jesus Cristo, nosso Deus e único Salvador. Pastores e fiéis devem sentir-se chamados a se empenhar para que, no ano 2000, ressoe « com renovada intensidade, a proclamação da verdade: "*Ecce natus est nobis Salvator mundi*" ».[\[1\]](#)

« Nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé,

não se reconhecendo mais como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e do Seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma « nova evangelização », ou « reevangelização ».[2] A nova evangelização representa, pois, antes de tudo, uma reação materna da Igreja diante do enfraquecimento da fé e do obscurecimento das exigências morais da vida cristã na consciência de tantos filhos seus. Com efeito, são muitos os batizados que, cidadãos de um mundo religiosamente indiferente, embora mantendo uma certa fé, vivem praticamente no indiferentismo religioso e moral, distantes da Palavra e dos Sacramentos, fontes essenciais da vida cristã. Mas existem também tantas outras pessoas, nascidas de genitores cristãos e, talvez, até mesmo batizadas, que não receberam os fundamentos da fé e vivem uma vida praticamente atéia. A todos eles a Igreja olha com amor, sentindo particularmente o urgente dever de atraí-los à comunhão eclesial, onde encontrarão, com a graça do Espírito Santo, Jesus Cristo e o Pai.

Juntamente com este empenho de evangelização, que reacenda em muitas consciências cristãs a luz da fé e faça ecoar novamente na sociedade o alegre anúncio da salvação, a Igreja sente fortemente a responsabilidade da sua perene missão *ad gentes*, isto é, o direito e o dever de levar o Evangelho a todos os homens que não ainda conhecem Cristo e não participam dos seus dons salvíficos. Para a Igreja, Mãe e Mestra, a missão *ad gentes* e a nova evangelização são, hoje mais do que nunca, inseparáveis aspectos do mandato de ensinar, santificar e guiar todos os homens ao Pai. Também os cristãos fervorosos, que são tantos, precisam de um amável e contínuo encorajamento na busca da própria santidade, à qual são chamados por Deus e pela Igreja. Aqui reside o verdadeiro motor da nova evangelização.

Todo fiel cristão, cada filho da Igreja, deveria sentir-se interpelado por esta responsabilidade comum e urgente, mas, de maneira toda particular, os sacerdotes, especialmente escolhidos, consagrados e enviados para fazerem emergir a contemporaneidade de Cristo, de quem se tornam representantes autênticos e mensageiros.[3] Impõe-se, pois, a necessidade de ajudar todos os presbíteros diocesanos e religiosos a assumirem pessoalmente « a prioritária tarefa pastoral da nova evangelização »[4] e a descobrirem, à luz de tal empenho, o apelo divino a servir a porção do Povo de Deus a eles confiada, como mestres da Palavra, ministros dos Sacramentos e pastores do rebanho.

CAPÍTULO I

AO SERVIÇO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO

« *Eu vos escolhi e vos designei para irdes e produzirdes frutos* » (Jo 15, 16)

1. A nova evangelização, tarefa de toda a Igreja

A chamada e o envio, por parte do Senhor, são sempre atuais mas, nas atuais circunstâncias históricas, adquirem uma importância particular. O final do século XX manifesta, com efeito, alguns fenômenos contrastantes

do ponto de vista religioso. Se, por um lado, constata-se um alto grau de secularização da sociedade, que dá as costas a Deus e se fecha a qualquer referência transcendente, por outro lado, emerge sempre mais uma religiosidade que procura saciar o inato anseio de Deus, presente no coração de todos os homens, mas que nem sempre consegue encontrar uma realização satisfatória. « A missão de Cristo Redentor, confiada à Igreja, está ainda bem longe do seu pleno cumprimento. No termo do segundo milênio, após a Sua vinda, uma visão de conjunto da humanidade mostra que tal missão está ainda no começo, e que devemos empenhar-nos com todas as forças no seu serviço ».[5] Este urgente esforço missionário desenvolve-se hoje, em larga medida, no contexto da nova evangelização de tantos Países de antiga tradição cristã, onde, porém, o sentido cristão da vida parece ter decaído em grande parte. Mas também no âmbito mais amplo da humanidade inteira, lá onde os homens ainda não tenham ouvido, ou ainda não tenham bem compreendido, o anúncio da salvação trazida por Cristo.

É um fato dolorosamente real, em muitos lugares e em diversos ambientes, a presença de pessoas que ouviram falar de Jesus Cristo, mas parecem conhecer e aceitar a sua doutrina mais como um complexo de valores éticos gerais do que como compromissos de vida concreta. É elevado o número de batizados que se afastam do seguimento de Cristo e que vivem segundo um estilo marcado pelo relativismo. O papel da fé cristã é reduzido, em muitos casos, ao de um fator puramente cultural, restrito freqüentemente a uma dimensão meramente privada, sem importância alguma na vida social dos homens e dos povos.[6]

Não são poucos nem pequenos os campos abertos à missão apostólica, após vinte séculos de cristianismo. Todos os cristãos devem saber-se chamados, por força do seu sacerdócio batismal (cfr. 1 *Pd* 2, 4-5.9; *Ap* 1, 5-6. 9 10; 20, 6), a colaborarem, segundo as suas circunstâncias pessoais, na nova missão evangelizadora, que se configura como uma responsabilidade eclesial comum.[7] A responsabilidade pela atividade missionária « incumbe antes do mais ao colégio dos Bispos, tendo à sua cabeça o sucessor de Pedro »[8] Como « colaboradores do Bispo, os presbíteros, por força do sacramento da Ordem, são chamados a partilhar a solicitude pela missão ».[9] Pode-se dizer que, em um certo sentido, os presbíteros são « os primeiros responsáveis desta nova evangelização do Terceiro Milênio ».[10]

A sociedade contemporânea, encorajada pelas muitas conquistas científicas e técnicas, desenvolveu um profundo sentido de independência crítica diante de qualquer autoridade ou doutrina, seja ela secular ou religiosa; isto requer que a mensagem cristã de salvação, que resta sempre misteriosa, seja explicada a fundo e seja apresentada com a amabilidade, a força e a capacidade de atrair que ela teve na primeira evangelização, servindo-se, de maneira prudente, de todos os meios idôneos oferecidos pelas técnicas modernas, sem todavia esquecer que os instrumentos nunca poderão substituir o testemunho direto de uma vida de santidade. A Igreja precisa de testemunhas autênticas, comunicadores do Evangelho em todos os setores da vida social. Disso deriva que os cristãos em geral, e os sacerdotes em particular, devem adquirir uma profunda e correta formação

filosofico-teológica,[\[11\]](#) que lhes permita dar razão da própria fé e da própria esperança e perceber a necessidade imperiosa de apresentá-las de uma maneira sempre construtiva, com uma atitude pessoal de diálogo e de compreensão. O anúncio do Evangelho, no entanto, não pode, de maneira alguma, exaurir-se no diálogo; a coragem da verdade é, com efeito, um desafio indiscutível diante da tentação do conformismo, da busca de popularidade fácil ou da própria tranquilidade!

Não se deve tampouco esquecer, no momento de realizar a obra de evangelização, que algumas noções e palavras, com as quais ela foi conduzida tradicionalmente, tornaram-se quase incompreensíveis para a maior parte das culturas contemporâneas. Conceitos como os de pecado original com as suas conseqüências, de redenção, cruz, necessidade de oração, sacrifício voluntário, de castidade, de sobriedade, de obediência, humildade, penitência, de pobreza, etc., em alguns contextos, perderam o seu original sentido cristão positivo. Por isso, a nova evangelização, com extrema fidelidade à doutrina da fé ensinada constantemente pela Igreja e com um forte sentido de responsabilidade para com o vocabulário doutrinal cristão, deve ser capaz também de encontrar modos idôneos de se expressar nos dias de hoje, ajudando a recuperar o sentido profundo destas realidades humanas e cristãs fundamentais, sem por isso renunciar às formulações da fé, fixas e já adquiridas, contidas, de maneira sintética, no Credo.[\[12\]](#)

2. O papel necessário e insubstituível dos sacerdotes

Embora saibam « que não foram instituídos por Cristo a fim de assumirem sozinhos toda a missão salvífica da Igreja no mundo », [\[13\]](#) " os Pastores desempenham um papel evangelizador absolutamente insubstituível. A exigência da nova evangelização torna, pois, premente a necessidade de encontrar uma maneira de exercer o ministério sacerdotal que seja realmente cônica com a situação hodierna, que o impregne de incisividade e o torne apto a responder adequadamente às circunstâncias nas quais deve desenvolver-se. No entanto, isso deve ser feito voltando-se sempre para Cristo, nosso único modelo, sem que as condições do tempo afastem o nosso olhar da meta final. Com efeito, não são somente as circunstâncias socioculturais as que nos devem levar a uma renovação pastoral válida, mas, sobretudo, o amor ardente por Cristo e pela sua Igreja.

A meta de nossos esforços é o Reino definitivo de Cristo, a recapitulação, n'Ele, de toda a criação. Tal meta será atingida somente ao final dos tempos, mas já agora está presente através do Espírito vivificante, por meio do qual Jesus Cristo constituiu o seu Corpo, que é a Igreja, como sacramento universal de salvação.[\[14\]](#)

Cristo, Cabeça da Igreja e Senhor de toda a criação, continua a agir salvificamente entre os homens e é justamente neste contexto operativo que o sacerdócio ministerial encontra o seu lugar exato. Na ação de atrair todos a si (cfr. *Jo* 12, 32), Cristo quer associar, de modo especial, os seus sacerdotes. Encontramo-nos aqui diante de um desígnio divino (a vontade de Deus que coopta a Igreja com os seus ministros na obra da redenção)

que, embora claramente demonstrável do ponto de vista da doutrina da fé e da teologia, apresenta, no entanto, não poucas dificuldades para ser aceito por parte dos homens do nosso tempo. Hoje, com efeito, são contestadas, por muitos, a mediação e a estrutura hierárquica da Igreja, questionando-se qual seja a sua necessidade e a sua motivação.

Como a vida de Cristo, também a do sacerdote deve ser uma vida consagrada, no Seu nome, ao anúncio autorizado da vontade amorosa do Pai (cfr. *Jo* 17, 4; *Hb* 10, 7-10). Tal foi o comportamento do Messias: os seus anos de vida pública foram dedicados a « fazer e a ensinar » (cfr. *At* 1, 1), com uma pregação cheia de autoridade (cfr. *Mt* 7, 29). Essa autoridade vinha-lhe, certamente e em primeiro lugar, da sua condição divina, mas também, aos olhos do povo, do seu modo de agir sincero e perfeito. Da mesma maneira, o sacerdote deve unir à autoridade espiritual objetiva, que possui por força da ordenação sagrada,^[15] a autoridade subjetiva, proveniente da sua vida sincera e santificada,^[16] da sua caridade pastoral, manifestação da caridade de Cristo.^[17] Não perdeu a sua atualidade a exortação que São Gregório Magno dirigia aos sacerdotes: « E preciso que ele [o Pastor] seja puro no pensamento, exemplar na ação, discreto no seu silêncio, útil com a sua palavra; seja próximo a todos com a sua compaixão e seja, mais do que todos, dedicado à contemplação; seja humilde aliado de quem faz o bem, mas, pelo seu zelo da justiça, seja inflexível contra os vícios dos pecadores; não atenuar a cura da vida interior nas ocupações externas, nem se descuide de prover às necessidades exteriores pela solícitude do bem interior ».^[18]

Em nossos dias, como em todas as épocas, a Igreja necessita de « arautos do Evangelho peritos em humanidade, que conheçam a fundo o coração do homem de hoje, participe das suas alegrias e esperanças, angústias e tristezas, e ao mesmo tempo sejam contemplativos enamorados de Deus. Por isto – afirmava o Santo Padre, referindo-se concretamente à recristianização da Europa, com palavras, porém, que têm uma valência universal – são necessários novos santos. Os grandes evangelizadores da Europa foram os santos. Devemos suplicar ao Senhor que aumente o espírito de santidade da Igreja e nos envie novos santos para evangelizar o mundo de hoje ».^[19] É preciso ter presente que não poucos contemporâneos se fazem uma idéia de Cristo e da Igreja antes de tudo a partir dos ministros sagrados; torna-se, portanto, ainda mais urgente o seu testemunho genuinamente evangélico, como « imagem viva e transparente de Cristo sacerdote ».^[20]

No âmbito da ação salvífica de Cristo, podemos individuar dois objetivos inseparáveis. De um lado, uma finalidade que podemos definir intelectual: ensinar, instruir as multidões que eram como ovelhas sem pastor (cfr. *Mt* 9, 36), endereçar as inteligências à conversão (cfr. *Mt* 4, 17). O outro aspecto é o de mover os corações daqueles que o ouviam rumo ao arrependimento e à penitência pelos próprios pecados, abrindo o caminho à recepção do perdão divino. E assim continua a ser ainda hoje: « a chamada à nova evangelização é, antes de tudo, uma chamada à conversão », ^[21] e quando a Palavra de Deus instruiu o intelecto do homem e moveu a sua vontade, afastando-a do pecado, então a ação evangelizadora atinge o seu vértice na participação frutuosa dos sacramentos e, sobretudo, na

celebração da Eucaristia. Como ensinava Paulo VI, « o papel da evangelização é precisamente o de educar de tal modo para a fé, que esta depois leve cada um dos cristãos a viver — e a não se limitar a receber passivamente, ou a suportar — os Sacramentos como eles realmente são, verdadeiros sacramentos da fé ».[22]

A evangelização compreende: anúncio, testemunho, diálogo e serviço, e se funda na união dos três elementos inseparáveis: a pregação da Palavra, o ministério sacramental e a guia dos fiéis.[23] Não teria sentido uma pregação que não formasse continuamente os fiéis e não levasse à prática sacramental, assim como não teria sentido uma participação aos sacramentos separada da plena aceitação da fé e dos princípios morais, ou na qual faltasse a conversão sincera do coração. Se de um ponto de vista pastoral, o primeiro lugar na ordem da ação corresponde, logicamente, à função da pregação,[24] na ordem da intenção ou da finalidade o primeiro lugar deve ser dado à celebração dos sacramentos e, em particular, da Penitência e da Eucaristia.[25] É conjugando harmoniosamente ambas as funções que se encontra a integridade do ministério pastoral do sacerdote, a serviço da nova evangelização.

Um aspecto da nova evangelização que está adquirindo uma importância cada vez maior é a formação ecumênica dos fiéis. O Concílio Vaticano II exortou todos os fiéis católicos a que « solicitamente participem no trabalho ecumênico » e « estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um patrimônio comum, que se encontram entre os irmãos separados de nós ».[26] Ao mesmo tempo, deve-se observar que « nada é tão alheio ao ecumenismo quanto aquele falso irenismo, pelo qual a pureza da doutrina católica sofre detrimento e seu sentido genuíno e certo é obscurecido ».[27] Os sacerdotes, por conseguinte, deverão zelar para que o ecumenismo seja conduzido no fiel respeito dos princípios indicados pelo magistério da Igreja e este não conheça fraturas e sim uma harmônica continuidade.

SUGESTÕES PARA A REFLEXÃO SOBRE O CAPÍTULO I

- 1. É realmente sentida, nas nossas comunidades eclesiais e, especialmente entre os nossos sacerdotes, a necessidade e a urgência da nova evangelização?*
- 2. É presente na pregação? É presente nas reuniões do presbitério, nos programas pastorais, nos meios de formação permanente?*
- 3. Os sacerdotes encontram-se especialmente empenhados na promoção de uma missão evangelizadora nova « no seu ardor, nos seus métodos, na sua expressão » [28] — ad intra e ad extra da Igreja?*
- 4. Os fiéis consideram o sacerdócio como um dom divino, seja para quem o recebe, seja para a comunidade mesma, ou o vêem em um contexto de pura funcionalidade organizacional? É explicada a necessidade de rezar para que o Senhor conceda vocações sacerdotais e para que não falte a generosidade necessária para responder afirmativamente?*

5. Na pregação da Palavra de Deus e na catequese, mantém-se a devida proporção entre o aspecto de instrução na fé e o da prática sacramental? A atividade evangelizadora dos presbíteros é caracterizada pela complementaridade entre pregação e sacramentalidade, entre « *munus docendi* » e « *munus sanctificandi* »?

CAPÍTULO II

MESTRES DA PALAVRA

« *Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura* » (Mc 16, 15)

1. Os presbíteros, mestres da Palavra « *nomine Christi et nomine Ecclesiae* »

Um adequado ponto de partida para a correta compreensão do ministério pastoral da Palavra é a consideração da Revelação de Deus em si mesma. « Mediante esta revelação, o Deus invisível (cf. *Cl* 1, 15; *1 Tm* 1, 17), levado por Seu grande amor, fala aos homens como a amigos (cfr. *Ex* 33, 11; *Jo* 15, 14-15), e com eles se entretém (cf. *Bar* 3, 38) para os convidar à comunhão consigo e nela os receber ». [29] Na Escritura, o anúncio do Reino não só fala da glória de Deus, mas a faz brotar do seu mesmo anúncio. O Evangelho pregado na Igreja não é somente mensagem, mas uma divina e salutar ação experimentada por aqueles que crêem, que sentem, que obedecem à mensagem e que a acolhem.

A Revelação, portanto, não se limita a nos instruir sobre a natureza daquele Deus que vive em uma luz inacessível, mas, ao mesmo tempo, nos informa sobre tudo o que Deus faz por nós, com a graça. Feita presente e atualizada em » e « por meio » da Igreja, a Palavra revelada é um instrumento mediante o qual Cristo age em nós com o seu Espírito. Ela é, ao mesmo tempo, juízo e graça. Na escuta da Palavra, o confronto atual com Deus interpela o coração dos homens e pede uma decisão, que não se resolve apenas no conhecimento intelectual, mas exige a conversão do coração.

« Os Presbíteros, na qualidade de cooperadores dos Bispos, têm como primeira tarefa anunciar o Evangelho de Deus a todos, para constituírem e aumentarem o Povo de Deus ». [30] Porque a pregação da Palavra não é mera transmissão intelectual de uma mensagem, mas « força de Deus para a salvação de todo aquele que crê » (*Rm* 1, 16), realizada uma vez para sempre em Cristo, o seu anúncio na Igreja requer, nos anunciadores, um fundamento sobrenatural que garanta a sua autenticidade e a sua eficácia. A pregação da palavra por parte dos ministros sagrados, em um certo sentido, participa do caráter salvífico da Palavra mesma, não pelo fato de que eles falem de Cristo, mas porque anunciam aos seus ouvintes o Evangelho, com o poder de interpelar que provém da sua participação na consagração e na missão do próprio Verbo de Deus encarnado. Aos ouvidos dos ministros ressoa ainda aquelas palavras do Senhor: « Quem vos ouve a mim ouve, quem vos despreza a mim despreza » (*Lc* 10, 16), e eles podem dizer com Paulo: « quanto a nós, não recebemos o espírito do

mundo, mas o Espírito que vem de Deus, a fim de que conheçamos os dons da graça de Deus. Desses dons não falamos segundo a linguagem ensinada pela sabedoria humana, mas segundo aquela que o Espírito ensina, exprimindo realidades espirituais em termos espirituais » (1 Cor 2, 12-13).

A pregação permanece, dessa forma, configurada como um ministério que brota do sacramento da Ordem e que se desenvolve por autoridade de Cristo. Todavia, a força do Espírito Santo não garante todos os atos dos ministros do mesmo modo. Enquanto na administração dos sacramentos vem dada esta garantia, de maneira que nem mesmo o pecado do ministro pode impedir o fruto da graça, existem muitos outros atos nos quais a marca humana do ministro adquire uma importância notável. Tal marca pode ajudar, mas também prejudicar, a fecundidade apostólica da Igreja. [31] Embora o caráter de serviço deva impregnar todo o *múnus pastoral*, ele resulta particularmente necessário no ministério da pregação, porque quanto mais o ministro se torna realmente *servo* da Palavra, e não o seu senhor, tanto mais a Palavra pode distribuir a sua eficácia salvífica.

Este serviço exige a dedicação pessoal do ministro à Palavra pregada, uma dedicação dirigida, em último termo, a Deus mesmo, àquele « Deus, a quem sirvo em meu espírito, anunciando o evangelho do seu Filho » (Rm 1, 9). O ministro não deve opor-lhe algum obstáculo, nem perseguindo fins estranhos à sua missão, nem apoiando-se sobre a sabedoria dos homens ou sobre as suas experiências subjetivas, que poderiam obscurecer o Evangelho mesmo. A Palavra de Deus nunca poderá, pois, ser instrumentalizada! Pelo contrário, o pregador « deve ser o primeiro a desenvolver uma grande familiaridade pessoal com a Palavra de Deus (...), ele deve ser o primeiro crente » na Palavra, com plena consciência de que as palavras do seu ministério não são suas, mas d'Aquele que o enviou » . [32]

Existe, pois, uma *relação essencial entre oração pessoal e pregação*. Da meditação da Palavra de Deus na oração pessoal deverá também brotar espontaneamente « o primado ao testemunho de vida, que faz descobrir a potência do amor de Deus e torna persuasiva a sua palavra ». [33] Fruto também da oração pessoal é uma pregação que se torna incisiva, não somente em virtude da sua coerência especulativa, mas porque nascida de um coração sincero e que reza, consciente de que a tarefa do ministro é « não ensinar a sua sabedoria, mas o Verbo de Deus, e convidar a todos com insistência para a conversão e a santidade ». [34] A pregação dos ministros de Cristo, para ser eficaz, requer, pois, que seja firmemente fundada sobre o seu espírito de oração filial: « *sit orator, antequam dictator* ». [35]

Na vida pessoal de oração do sacerdote encontram apoio e impulso a consciência da sua condição ministerial, o sentido vocacional da sua vida, a sua fé viva e apostólica. Nela se obtém também, diariamente, o zelo pela evangelização. Esta, feita convicção pessoal, se traduz em pregação persuasiva, coerente e convincente. Neste sentido, a recitação da Liturgia das horas não diz respeito somente à piedade pessoal nem se esgota como oração pública da Igreja; ela resulta também de grande utilidade pastoral, [36] porque se torna ocasião privilegiada de crescimento na familiaridade

com a doutrina bíblica, patrística, teológica e magisterial, primeiro interiorizada e, em seguida, transmitida ao Povo de Deus na pregação.

2. Por um anúncio eficaz da Palavra

Na perspectiva da nova evangelização seria necessário realçar a importância de fazer amadurecer nos fiéis o significado da vocação batismal, ou seja, a consciência de terem sido chamados por Deus a seguir de perto o Cristo e a colaborar pessoalmente na missão da Igreja. « Transmitir a fé é revelar, anunciar e aprofundar a vocação cristã; isto é, a chamada que Deus dirige a cada homem manifestando-lhe o mistério da salvação ».[37] Tarefa da pregação é, portanto, apresentar Cristo aos homens, porque somente Ele, « novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e de seu amor, manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação ».[38]

Nova evangelização e sentido vocacional da existência do cristão procedem juntos. E é esta a « boa nova » que deve ser anunciada aos fiéis, sem reduções, nem quanto à sua bondade, nem quanto à exigência para alcançá-la, recordando, ao mesmo tempo, que « é certo que a necessidade e o dever obrigam o cristão a lutar contra o mal através de muitas tribulações e a padecer a morte. Mas, associado ao mistério pascal, configurado à morte de Cristo e fortificado pela esperança, chegará à ressurreição » .[39]

A nova evangelização requer um ardente ministério da Palavra, integral e bem fundado, com claro conteúdo teológico, espiritual, litúrgico e moral, atento às necessidades concretas dos homens aos quais se deve atingir. Não se trata, evidentemente, de cair em tentações de intelectualismo, que, pelo contrário, poderiam antes obscurecer do que iluminar as inteligências cristãs, mas de desenvolver uma verdadeira « caridade intelectual » através da catequese permanente e paciente sobre as verdades fundamentais da fé e da moral católicas, e sobre o influxo das mesmas na vida espiritual. A instrução cristã sobressai entre as obras espirituais de misericórdia: a salvação acontece no conhecimento de Cristo, porque « não há, debaixo do céu, outro nome dado aos homens pelo qual devemos ver salvos » (At 4, 12).

Este anúncio catequético não pode desenvolver-se sem o veículo da sã teologia, já que, evidentemente, não se trata somente de repetir a doutrina revelada, mas de formar, através da doutrina revelada, a inteligência e a consciência dos que têm fé, para que possam viver com coerência as exigências da vocação batismal. A nova evangelização realizar-se-á na medida em que, não somente a Igreja no seu conjunto ou cada uma das suas instituições, mas cada cristão seja posto em condição de viver a fé e de fazer, da sua vida, um motivo vivente de credibilidade e uma crível apologia da fé.

Evangelizar significa, com efeito, anunciar e propagar, por todos os meios honestos e congruos de que se dispõe, o conteúdo das verdades reveladas (a fé trinitária e cristológica, o sentido do dogma da criação, as verdades escatológicas, a doutrina sobre a Igreja e sobre o homem, o saber da fé

acerca dos sacramentos e dos outros meios de salvação, etc.). E significa também, ao mesmo tempo, ensinar, através da formação moral e espiritual, a traduzir essas verdades em vida concreta, em testemunho e empenho missionário.

O esforço de formação teológica e espiritual exigido na formação permanente dos sacerdotes e diáconos, empenho na formação de todos os fiéis, é ao mesmo tempo, iniludível e enorme. É necessário, pois, que o exercício do ministério da Palavra e, sobretudo, que os ministros dela, estejam à altura das circunstâncias. A eficácia dependerá do fato que esse exercício, fundado essencialmente sobre o auxílio de Deus, se realize também com a máxima perfeição humana possível. O renovado anúncio teológico e doutrinal da mensagem cristã — um anúncio que deve acender e purificar em primeira instância as consciências dos batizados — não pode ser improvisado preguiçoso ou irresponsavelmente. Menos ainda pode faltar a responsabilidade dos presbíteros de assumir em primeira pessoa a tarefa do anúncio, especialmente no que diz respeito ao ministério da homilia, que não pode ser confiado a quem não foi ordenado,^[40] nem facilmente delegado a quem não se encontra bem preparado.

Pensando na pregação sacerdotal, é necessário insistir, como de resto sempre se fez, sobre a importância da *preparação remota*, que pode ser concretizada, por exemplo, orientando de maneira adequada as próprias leituras e até mesmo os próprios interesses a aspectos que possam melhorar a preparação dos ministros ordenados. A sensibilidade pastoral dos pregadores deve estar constantemente alerta, de maneira a individuar os problemas que preocupam os homens do nosso tempo e as suas possíveis soluções. « Além disso, para dar resposta acertada às questões agitadas pelos homens de nosso tempo, é mister que os presbíteros conheçam bem os documentos do Magistério e sobretudo os dos Concílios e Romanos Pontífices, e consultem os melhores e mais acatados escritores da ciência teológica »,^[41] sem omitir a consulta ao Catecismo da Igreja Católica. Neste sentido, seria conveniente insistir, sem cessar, sobre a importância do cuidado pela formação permanente do clero, tendo como referência de conteúdo o Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros.^[42] Todo esforço, nesse campo, será recompensado com frutos abundantes. Além do que foi afirmado até agora, é importante também uma preparação próxima à pregação da Palavra de Deus. Salvo casos excepcionais, em que não terá sido possível agir de outro modo, a humildade e a operosidade levarão, por exemplo, a preparar com cuidado pelo menos um esquema daquilo que se deverá dizer.

Logicamente, a fonte principal da pregação deve ser a Sagrada Escritura, profundamente meditada na oração pessoal e conhecida através do estudo e da leitura de livros adequados.^[43] A experiência pastoral ensina que a força e a eloquência do Texto Sagrado atingem em profundidade os ouvintes. Os escritos dos Padres da Igreja e de outros grandes autores da Tradição ensinam a penetrar e a fazer compreender a outros o sentido da Palavra revelada,^[44] longe de toda forma de « fundamentalismo bíblico » ou de mutilação da mensagem divina. A pedagogia com que a liturgia da Igreja lê, interpreta e aplica a Palavra de Deus nos diversos tempos

litúrgicos, deveria constituir também um ponto de referência para a preparação da pregação. Ademais, a consideração da vida dos santos — com as suas lutas e o seu heroísmo — sempre produziu grande fruto nas almas dos cristãos. Também hoje, assediados por comportamentos e doutrinas equívocas, os crentes têm particular necessidade do exemplo destas vidas heroicamente doadas ao amor de Deus e, por Deus, aos demais homens. Tudo isto é útil para a evangelização, como também a promoção nos fiéis, por amor de Deus, do sentido de solidariedade para com todos, do espírito de serviço, da generosa doação aos outros. A consciência cristã amadurece exatamente por meio de um referimento à caridade, sempre mais estrito.

É também muito importante, para o sacerdote, o cuidado dos aspectos formais da pregação. Vivemos na época da informação e da comunicação rápida, na qual estamos todos habituados a ouvir e a ver competentes profissionais do rádio e da televisão. De uma certa maneira, o sacerdote — que é também um particular comunicador social — entra em pacífica concorrência com eles, diante dos fiéis, quando transmite uma mensagem que requer ser apresentada de uma maneira decididamente atraente. Além de saber aproveitar com competência e espírito apostólico os « novos púlpitos » que são os meios de comunicação, o sacerdote deve, sobretudo, fazer com que a sua mensagem esteja à altura da Palavra que prega. Os profissionais dos meios audiovisuais preparam-se bem para realizar o seu trabalho; não seria exagerado se os mestres da Palavra se ocupassem, com estudo inteligente e paciente, a melhorar a qualidade « profissional » deste aspecto do ministério. Hoje, por exemplo, em vários ambientes universitários e culturais está retornando o interesse pela retórica; ocorre despertá-lo novamente também entre os sacerdotes, juntamente com a maneira humilde e digna de se apresentar e de ser.

A pregação sacerdotal deve ser realizada, como a de Cristo, de maneira positiva e estimulante, capaz de atrair os homens para a Bondade, a Beleza e a Verdade de Deus. Os cristãos devem « fazer brilhar o conhecimento da glória de Deus, que resplandece na face de Cristo » (2 Cor 4, 6), e devem apresentar de maneira interessante a verdade recebida. Como não perceber o caráter atraente da exigência, ao mesmo tempo forte e serena, da existência cristã? Nada há que temer. « Desde que recebeu, no Mistério Pascal, o dom da verdade última sobre a vida do homem, a Igreja fez-se peregrina pelas estradas do mundo, para anunciar que Jesus Cristo é « o caminho, a verdade e a vida » (Jo 14, 6). De entre os vários serviços que ela deve oferecer à humanidade, há um cuja responsabilidade lhe cabe de modo absolutamente peculiar: é a « *diaconia da verdade* ».[45]

É igualmente útil, logicamente, usar na pregação uma linguagem correta e elegante, compreensível aos nossos contemporâneos de todos os níveis, evitando-se a banalidade e a superficialidade.[46] É necessário falar com uma autêntica visão de fé, mas com palavras compreensíveis nos diversos ambientes e nunca com um linguajar próprio de especialistas e nem tampouco com concessões ao espírito mundano. O « segredo » humano de uma pregação frutuosa da Palavra consiste, em boa medida, no « profissionalismo » do pregador, que sabe aquilo que quer dizer e como dizê-lo, e que traz consigo uma séria preparação remota e próxima, sem

improvisações típicas de um amador. Seria um irenismo prejudicial esconder a força da verdade toda inteira. Por isso, deve ser cuidado atentamente o conteúdo das palavras, o estilo e a dicção; deve ser pensado o que convém realçar com mais força e, na medida do possível, sem ostentações lamentáveis, deve ser tratada até mesmo a qualidade agradável da voz.

É preciso saber aonde se quer chegar e conhecer bem a realidade existencial e cultural dos próprios ouvintes habituais: não se fazem teorias ou generalizações abstratas e, por isso, ocorre conhecer o próprio rebanho. Convém um estilo amável, positivo, que não fira as pessoas, mesmo quando « atinge » as consciências, sem medo de chamar cada coisa por seu próprio nome. E muito útil que os sacerdotes que colaboram nos diversos encargos pastorais se ajudem mutuamente, com conselhos fraternos sobre estes e outros aspectos do ministério da Palavra. Por exemplo, sobre o conteúdo das pregações, sobre a qualidade teológica e lingüística, sobre o estilo, a duração — que deve sempre ser sóbria —, os modos de dizer e de gesticular no púlpito, sobre o tom da voz, que deve ser normal, embora variado nos diversos momentos da pregação, sem afetação, etc. Também aqui a humildade se faz necessária ao sacerdote, para que se deixe ajudar por seus irmãos e também, talvez indiretamente, pelos fiéis que participam das suas atividades pastorais.

SUGESTÕES PARA A REFLEXÃO SOBRE O CAPÍTULO II

6. *Possuímos os instrumentos para avaliar a incidência real do ministério da Palavra na vida das nossas comunidades? Existe a preocupação de usar este meio essencial de evangelização com o maior profissionalismo humano possível?*

7. *Nos cursos de formação permanente do clero se dá atenção ao aperfeiçoamento do anúncio da Palavra nas suas diversas formas?*

8. *Os sacerdotes são encorajados a dedicar tempo ao estudo da teologia, à leitura dos Padres, dos Doutores da Igreja e dos Santos? Manifesta-se um esforço positivo para conhecer e fazer conhecer os grandes mestres da espiritualidade?*

9. *Favorece-se a constituição de bibliotecas sacerdotais, com espírito prático e perspectiva doutrinal sadia?*

10. *Neste sentido, existem e são conhecidas as possibilidades locais de se conectar com bibliotecas por Internet, inclusive com a incipiente biblioteca eletrônica do sítio da Congregação para o Clero (www.clerus.org)?*

11. *Os sacerdotes fazem uso das catequeses e dos ensinamentos do Santo Padre, como também dos vários documentos da Santa Sé?*

12. *Existe a consciência da importância de formar profissionalmente pessoas (sacerdotes, diáconos permanentes, religiosos, leigos) capazes de realizar, em alto nível, este aspecto chave da evangelização da cultura*

contemporânea, que é a comunicação?

CAPÍTULO III

MINISTROS DOS SACRAMENTOS

« *Ministros de Cristo e administradores dos mistérios de Deus* » (1 Cor 4, 1)

1. « *In persona Christi Capitis* »

« A missão da Igreja não é acrescentada à de Cristo e do Espírito Santo, senão que é o Sacramento dela: por todo o seu ser e em todos os seus membros a Igreja é enviada a anunciar e dar testemunho, atualizar e difundir o mistério da comunhão da Santíssima Trindade ». [47] Esta dimensão sacramental de toda a missão da Igreja brota do seu próprio ser, como realidade « a um tempo, humana e divina, visível mas ornada de dons invisíveis, operosa na ação e devotada à contemplação, presente no mundo e no entanto peregrina ». [48] Neste contexto da Igreja « sacramento universal de salvação », [49] no qual Cristo « manifesta e ao mesmo tempo opera o mistério de amor de Deus para com o homem », [50] os sacramentos, como momentos privilegiados da comunicação da vida divina ao homem, estão no centro do ministério dos sacerdotes. Estes são conscientes de ser instrumentos vivos de Cristo Sacerdote. A sua função é própria de homens habilitados pelo caráter sacramental a favorecer a ação de Deus, com uma eficácia instrumental participada.

A configuração a Cristo por meio da consagração sacramental coloca o sacerdote dentro do Povo de Deus, fazendo-o participar do tríplice múnus de Cristo de uma maneira sua própria e em conformidade com a estrutura orgânica da comunidade eclesial. Agindo *in persona Christi Capitis*, o presbítero apascenta o Povo de Deus, conduzindo-o rumo à santidade. [51] Daí surge « a necessidade do testemunho da fé por parte do Presbítero em toda a sua vida, mas sobretudo no modo de avaliar e de celebrar os mesmos Sacramentos ». [52] Ocorre ter presente a doutrina clássica, retomada pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, segundo a qual, « embora a graça possa levar a ter-mo a obra da salvação também por ministros indignos, no entanto prefere Deus, ordinariamente, manifestar as Suas maravilhas através daqueles que se fizeram mais dóceis ao impulso e à direção do Espírito Santo, pela íntima união com Cristo e santidade de vida, e que podem dizer com o Apóstolo: "E, se vivo, já não sou eu, mas é Cristo que vive em mim" (Gal 2, 20) ». [53]

As celebrações sacramentais, nas quais os presbíteros agem como ministros de Cristo, participantes em modo especial do Seu sacerdócio por meio do Seu Espírito, [54] constituem momentos culturais de singular importância com relação à nova evangelização. Tenha-se presente também que para todos os fiéis, mas particularmente para aqueles habitualmente afastados da prática religiosa, que participam com uma certa frequência das celebrações litúrgicas por motivo de eventos familiares (batismos, crismas, matrimônios, ordenações sacerdotais, funerais, etc.), estas ocasiões se tornaram os únicos momentos efetivos para a transmissão do

conteúdo da fé. A atitude do ministro, plena de fé, deverá em todo caso ser acompanhada por « uma excelente qualidade da celebração, sob os aspectos litúrgico e cerimonial »; [55] não orientada, certamente, a buscar o espetaculoso, mas atenta a que, verdadeiramente, o elemento « humano se ordene ao divino e a ele se subordine, o visível ao invisível, a ação à contemplação e o presente à cidade futura, que buscamos ».[56]

2. Ministros da Eucaristia: « o centro mesmo do ministério sacerdotal »

« "Amigos": assim tratou Jesus os Apóstolos. E do mesmo modo nos quer chamar também a nós que, graças ao sacramento da Ordem, somos participantes do seu Sacerdócio. (...) Podia Jesus porventura manifestar-nos a sua amizade de modo mais eloqüente do que permitindo-nos, como sacerdotes da Nova Aliança, agir em seu nome, *in persona Christi Capitis*? Ora, é o que acontece em todo o nosso serviço sacerdotal, sempre que administramos os Sacramentos e especialmente quando celebramos a Eucaristia. Repetimos as palavras que Ele pronunciou sobre o pão e o vinho, e, através do nosso ministério, realiza-se a mesma consagração por Ele realizada. Poderá haver uma prova de amizade mais completa do que esta? E ela encontra-se mesmo no centro do nosso ministério sacerdotal ».[57]

A nova evangelização deve significar para os fiéis também uma nova clareza acerca da centralidade do Sacramento da Eucaristia, cume de toda a vida cristã.[58] Por um lado, porque « não se edifica nenhuma comunidade cristã, se ela não tiver por raiz e centro a celebração da Santíssima Eucaristia »,[59] mas também porque « os demais Sacramentos, como aliás todos os ministérios eclesiais e tarefas apostólicas, se ligam à Sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Pois a Santíssima Eucaristia contém todo o bem espiritual da Igreja ».[60]

No ministério pastoral, ela é também uma meta a alcançar. Para receber os seus frutos, os fiéis devem ser preparados. Se, por um lado, fomenta-se neles a « digna, atenta e frutuosa » participação da liturgia, por outro lado, resulta absolutamente necessário torná-los conscientes de que « desta forma são convidados e levados a oferecerem a si próprios, seus trabalhos e todas as coisas criadas, junto com Ele. Assim a Eucaristia apresenta-se como fonte e ápice de toda evangelização »,[61] verdade essa da qual derivam não poucas conseqüências pastorais.

É de fundamental importância formar os fiéis com relação ao que constitui a essência do Santo Sacrifício e fomentar a sua participação frutuosa na Eucaristia.[62] É necessário também insistir, sem cansaço nem medo, no dever de cumprir o preceito dominical [63] e na conveniência de uma participação freqüente, se possível mesmo cotidiana, na celebração da Santa Missa e na comunhão eucarística. É preciso igualmente recordar o dever grave de receber o Corpo de Cristo com as condições espirituais e corporais devidas, e, portanto, fazendo preceder a confissão sacramental individual, se alguém tiver a consciência de não estar em estado de graça. O florescimento da vida cristã, em cada Igreja particular e em cada comunidade paroquial, depende, em grande parte, do redescobrimto do grande dom da Eucaristia, em um espírito de fé e de adoração. Se no

ensino doutrinal, na pregação e na vida, não se consegue manifestar a união entre vida cotidiana e Eucaristia, a frequência eucarística acaba por ser descuidada.

Também neste nível a exemplaridade do sacerdote celebrante é fundamental: « celebrar bem constitui uma primeira e importante catequese sobre o Santo Sacrifício ».[64] Mesmo se, evidentemente, esta não é a intenção do sacerdote, é todavia importante que os fiéis o vejam recolhido a se preparar para celebrar o Santo Sacrifício, que sejam testemunhas do amor e da devoção que ele demonstra durante a celebração e que possam aprender dele a permanecerem em ação de graças, por um certo tempo, após a comunhão.

Se uma parte essencial da ação evangelizadora da Igreja consiste em ensinar aos homens a rezar ao Pai por Cristo no Espírito Santo, a nova evangelização implica o retorno e o fortalecimento de práticas pastorais que manifestem a fé na presença real do Senhor sob as espécies eucarísticas. « O Presbítero tem a missão de promover o culto da presença eucarística, também fora da celebração da Missa, esforçando-se por fazer da sua igreja uma "casa de oração" cristã » .[65] É necessário, antes de tudo, que os fiéis conheçam em profundidade as condições imprescindíveis para receber com fruto a comunhão. Do mesmo modo, é importante favorecer a devoção deles por Cristo, que os espera amorosamente no tabernáculo. Um modo simples e eficaz de se fazer catequese eucarística é o próprio cuidado material com tudo aquilo que se refere à igreja e, em particular, ao altar e ao tabernáculo: limpeza e decoro, dignidade dos paramentos e dos vasos sagrados, atenção na celebração das cerimônias litúrgicas,[66] prática fiel da genuflexão, etc. Além disso, é particularmente importante assegurar um ambiente recolhido na capela do Santíssimo, tradição plurissecular na Igreja, de maneira a garantir o silêncio sagrado, que facilita o colóquio amoroso com o Senhor. Essa capela, ou, em todo caso, o lugar onde se conserva e se adora Cristo Sacramentado, é certamente o coração dos nossos edifícios sagrados, e como tal devemos procurar tê-lo em evidência e facilitar o seu acesso diário durante o espaço de tempo o mais largo possível, de adorná-lo na maneira devida, com amor.

É evidente que todas estas manifestações — que não pertencem a formas de vago « espiritualismo », mas revelam uma devoção teologicamente bem fundada — serão possíveis somente se o sacerdote for realmente um homem de oração e de autêntica paixão pela Eucaristia. Somente o pastor que reza saberá ensinar a rezar, enquanto saberá também atrair a graça de Deus sobre aqueles que dependem do seu ministério pastoral, de maneira a favorecer conversões, propósitos de vida mais fervorosa, vocações sacerdotais e de consagração especial. Em definitivo, somente o sacerdote que experimenta diariamente a « *conversatio in coelis* », que faz da amizade com Cristo a vida da sua vida, estará em condições de imprimir um impulso real a uma autêntica e renovada evangelização.

3. Ministros da Reconciliação com Deus e com a Igreja

Em um mundo no qual o sentido do pecado desapareceu em larga medida,

[67] é necessário recordar insistentemente que é exatamente a falta de amor a Deus que impede de perceber a realidade do pecado na sua malícia total. O início da conversão, não somente como ato interior momentâneo mas como disposição estável, assume o seu elã do conhecimento autêntico do amor misericordioso de Deus. « Aqueles que chegam ao conhecimento de Deus assim, aqueles que O "vêm" assim, não podem viver de outro modo que não seja convertendo-se a Ele continuamente. Passam a viver, pois, *in statu conversions*" [68]. A penitência encontra-se, dessa forma, como patrimônio estável na vida eclesial dos batizados, caracterizada porém pela esperança do perdão: « vós, que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia » (1 *Ped* 2, 10).

A nova evangelização exige, portanto — e se trata de uma exigência pastoral absolutamente inevitável — um esforço renovado para conduzir os fiéis ao Sacramento da Penitência, [69] « que aplanar o caminho a cada um dos homens, mesmo quando estão sobrecarregados com graves culpas. Neste Sacramento todos os homens podem experimentar de modo singular a misericórdia, isto é, aquele amor que é mais forte do que o pecado ».[70] Não devemos ter medo de encorajar com ardor a prática deste sacramento, sabendo que, assim, se renovam e se revitalizam tradições cristãs longevas e benéficas. Em um primeiro momento, procurar-se-á induzir os fiéis, com a ajuda do Espírito Santo, a uma profunda conversão que provoque o reconhecimento sincero e contrito das desordens morais presentes na vida de cada um; em seguida, será necessário ensinar a importância da confissão individual freqüente, até chegar, enquanto possível, a iniciar uma autêntica direção espiritual pessoal.

Sem confundir o momento sacramental com o da direção espiritual, os presbíteros devem saber colher, exatamente a partir da celebração do sacramento, a oportunidade para iniciar o colóquio de direção espiritual. « A descoberta e a difusão desta prática, em momentos diversos da administração da Penitência, é um grande benefício para a Igreja no tempo presente ».[71] Deste modo pode-se contribuir a uma nova descoberta do sentido e da eficácia do sacramento da Penitência, criando as condições para superar a sua crise. A direção espiritual pessoal possibilita formar verdadeiros apóstolos, capazes de difundir a nova evangelização na sociedade civil. Para reevangelizar o maior número possível de batizados que se afastaram da Igreja é necessário formar bem os que nela se encontram.

A nova evangelização deve poder contar com um número adequado de sacerdotes: a experiência plurisecular ensina que grande parte das respostas vocacionais positivas surgem graças à direção espiritual, juntamente com o exemplo de vida dos sacerdotes interior e exteriormente fiéis à própria identidade. « Todo o sacerdote reservará um particular cuidado à pastoral vocacional, não deixando (...) de apoiar iniciativas apropriadas mediante a relação pessoal que faça descobrir os talentos e saiba descobrir a vontade de Deus em ordem a uma escolha corajosa no seguimento de Cristo. (...) É exigência insuprimível da caridade pastoral que — secundando a graça do Espírito Santo — cada presbítero se preocupe de suscitar ao menos uma vocação sacerdotal que lhe possa continuar o ministério ».[72]

Oferecer a todos os fiéis a possibilidade de terem acesso à confissão requer, sem dúvida, uma grande dedicação e tempo.[73] Aconselha-se vivamente ter períodos prefixados de presença no confessionário, conhecidos por todos, sem limitar-se a uma disponibilidade teórica. Às vezes, para dissuadir um fiel da intenção de se confessar é suficiente o fato de obrigá-lo a procurar um confessor, enquanto os fiéis « de boa vontade vão receber este sacramento onde houver sacerdotes disponíveis ».[74] As paróquias e, em geral, as igrejas abertas ao culto, deveriam ter um horário para as confissões, claro, amplo e cômodo; compete aos sacerdotes garantir que tal horário seja respeitado com regularidade. De acordo com esta atenção, para facilitar aos fiéis o mais possível o acesso ao sacramento da reconciliação, é conveniente também cuidar bem dos confessionários: a limpeza, a sua visibilidade, a possibilidade de escolher o uso da grade e, assim, permanecer no anonimato,[75] etc.

Nem sempre é fácil manter e defender estas práticas pastorais, mas nem por isso se deve calar sobre a eficácia e a conveniência de retomá-las, ali onde tivessem caído em desuso. Como também deve ser incentivado o auxílio entre sacerdotes diocesanos e religiosos, para assegurar esta disponibilidade pastoralmente primária. Deve ser reconhecido, também, com veneração, o serviço cotidiano de confessionário, assegurado de maneira admirável por tantos sacerdotes anciãos, autênticos mestres espirituais das diversas comunidades cristãs.

Todo este serviço à Igreja será extremamente mais fácil se forem os próprios sacerdotes os primeiros a se confessar regularmente.[76] Condição indispensável para um generoso ministério da Reconciliação é, com efeito, o recurso pessoal do presbítero ao Sacramento, como penitente. « Toda a existência sacerdotal sofre uma inexorável deterioração, se vem a faltar, por negligência ou por qualquer outro motivo, o recurso ao sacramento da penitência, periódico e inspirado por autêntica fé e devoção. Em um sacerdote que não se confessasse mais ou se confessasse mal, o seu *ser padre* e o seu *agir como padre* se ressentiriam muito rapidamente, e também a comunidade, da qual ele é pastor, o perceberia ».[77]

« O ministério do presbítero é, antes de mais, comunhão e colaboração responsável e necessária no ministério do Bispo, na solicitude pela Igreja universal e por cada Igreja particular para cujo serviço eles constituem, juntamente com o Bispo, um único presbitério ».[78] Também os irmãos no presbiterato devem ser objetivo privilegiado da caridade pastoral do sacerdote. Ajudar-lhes espiritual e materialmente, facilitar-lhes delicadamente a confissão e a direção espiritual, tornar amável o caminho de serviço, ser-lhes próximos nas suas dificuldades, acompanhá-los com atenção fraterna em qualquer dificuldade, na velhice e na doença. Eis um campo realmente precioso para a prática das virtudes sacerdotais.

Entre as virtudes necessárias para um frutuoso desenvolvimento do ministério da Reconciliação é fundamental a prudência pastoral. Assim como ao administrar a absolvição o ministro participa da ação sacramental com eficácia instrumental, assim também nos demais atos do rito penitenciais, a sua tarefa é pôr o penitente diante de Cristo, auxiliando, com

extrema delicadeza, o encontro misericordioso. O que implica evitar discursos genéricos que não levem em consideração a realidade do pecado, e por isso torna-se necessária, no confessor, a ciência oportuna. [79] Mas, ao mesmo tempo, o diálogo penitencial é sempre impregnado por aquela compreensão, que sabe conduzir as almas *gradualmente* pelo caminho da conversão, sem cair em nenhuma concessão à assim chamada « gradualidade das normas morais ».

Uma vez que a prática da confissão diminuiu em muitos lugares, com grande detrimento da vida moral e da boa consciência dos crentes, apresenta-se o perigo real de uma diminuição da densidade teológica e pastoral com que o ministro da confissão realiza a sua função. O confessor deve pedir ao Paráclito a capacidade de preencher este momento salvífico [80] com sentido espiritual e de transformá-lo em um encontro autêntico do pecador com Jesus que perdoa. Ao mesmo tempo, deve aproveitar a oportunidade da confissão para formar retamente a consciência do penitente tarefa extremamente importante — dirigindo-lhe delicadamente as perguntas necessárias para assegurar a integridade da confissão e a validade do sacramento, ajudando-o a agradecer do profundo do coração a misericórdia de Deus para com ele, a formular um propósito firme de correção da própria conduta moral e não deixando de apresentar algumas palavras apropriadas de encorajamento, de conforto e de estímulo à realização de obras de penitência que, além de satisfazer pelos próprios pecados, ajudem a crescer nas virtudes.

SUGESTÕES PARA A REFLEXÃO SOBRE O CAPÍTULO III

13. A essência e o significado salvífico dos sacramentos são invariáveis. Partindo desta firme certeza, como renovar a pastoral dos sacramentos, pondo-a a serviço da nova evangelização?

14. As nossas comunidades são uma « Igreja da Eucaristia e da Penitência »? Alimenta-se nelas a devoção eucarística em todas as suas formas? E motivada e facilitada a prática da confissão individual?

15. Faz-se referência habitual à presença real do Senhor no tabernáculo, encorajando, por exemplo, a frutuosa prática da visita ao Santíssimo Sacramento? São freqüentes os atos de culto eucarístico? As nossas igrejas dispõem de um ambiente favorável à oração diante do Santíssimo?

16. Reserva-se, com espírito pastoral, um cuidado particular à decorosa manutenção das igrejas? Os sacerdotes se vestem regularmente e de maneira digna, segundo a normativa canônica (cfr. CIC, can. 284 e 669; Diretório n. 66) e, no exercício do culto divino, revestem todos os paramentos prescritos (cfr. can. 929)?

17. Os sacerdotes confessam-se regularmente e, por sua vez, fazem-se disponíveis para este ministério tão fundamental?

18. São promovidas iniciativas capazes de fornecer uma formação permanente do clero no âmbito do aperfeiçoamento do ministério de confessor? Encoraja-se a atualização dos pastores neste ministério

insubstituível?

19. Considerada a grande importância de um verdadeiro renascimento da prática da confissão pessoal no contexto da nova evangelização, são respeitadas as normas canônicas acerca da absolvição coletiva? São cuidadas com prudência e caridade pastoral, em todas as paróquias e igrejas, as celebrações penitenciais litúrgicas?

20. Existem concretamente iniciativas oportunas para que os fiéis, bem motivados, cumpram com o preceito festivo?

CAPÍTULO IV

OS PASTORES AMAM O REBANHO QUE LHES É CONFIADO

« O bom pastor dá sua vida pelas suas ovelhas » (Jo 10, 11)

1. Com Cristo, para encarnar e difundir a misericórdia do Pai

« A Igreja vive uma vida autêntica quando professa e proclama a misericórdia, o mais admirável atributo do Criador e do Redentor, e quando aproxima os homens das fontes da misericórdia do Salvador, das quais ela é depositária e dispensadora» [81]. Esta realidade distingue essencialmente a Igreja de todas as demais instituições em favor do homem, que, embora possam exercer um grande papel de solidariedade e de filantropia, talvez até mesmo impregnado de espírito religioso, não poderiam nunca apresentar-se sozinhas como efetivas dispensadoras da misericórdia de Deus. Diante de um conceito secularizado de misericórdia, que não é capaz de transformar o homem a partir do seu interior, a misericórdia de Deus oferecida na Igreja manifesta-se seja como perdão, seja como medicina salutar. Para a sua eficácia no homem, requer, da parte deste, a aceitação da verdade integral sobre o seu ser, sobre o seu agir e a sua culpabilidade. Daí deriva a necessidade do arrependimento, o que torna ainda mais necessário relacionar o anúncio da misericórdia com a verdade na sua plenitude. São afirmações de grande importância para os sacerdotes, chamados na Igreja e pela Igreja, com vocação singular, a revelar e, contemporaneamente, a atuar o mistério do amor do Pai, através do seu ministério, vivido « segundo a verdade na caridade » (Ef 4, 15), e dócil aos impulsos do Espírito Santo.

O encontro com a misericórdia de Deus acontece em Cristo, enquanto manifestação do amor paterno de Deus. É revelando aos homens o seu papel messiânico (cf. Lc 4, 18), que Cristo se apresenta como misericórdia do Pai para com todos os necessitados, especialmente os pecadores que precisam de perdão e de paz interior. « Em relação a estes últimos, de modo especial, o Messias torna-se um sinal particularmente legível de Deus que é amor, torna-se um sinal do Pai. Do mesmo modo que os homens de então, também os homens do nosso tempo podem ver o Pai, neste sinal visível ».[82] Deus, que « é amor » (1 Jo 4, 16), só pode revelar-se como misericórdia.[83] O Pai quis se envolver, por amor, no drama da salvação dos homens, através do sacrifício do seu Filho.

Se na pregação de Cristo a misericórdia assume traços impressionantes, que ultrapassam — como emerge da parábola do filho pródigo (cfr. *Lc* 15, 11-32) — toda realização humana, é no sacrifício de si mesmo na cruz que ela se manifesta de maneira particular. Cristo crucificado é a revelação radical da misericórdia do Pai, « ou seja, do amor que se opõe àquilo que constitui a própria raiz do mal na história do homem: se opõe ao pecado e à morte ».[84] A tradição espiritual cristã viu no Coração Sacratíssimo de Jesus, que atrai a si os corações sacerdotais, uma síntese profunda e misteriosa da misericórdia infinita do Pai.

A dimensão soteriológica do inteiro *múnus pastoral* dos presbíteros encontra, pois, o seu centro no memorial da oferta da vida, feita por Jesus, ou seja, no Sacrifício eucarístico. « Existe, com efeito, uma conexão íntima entre a centralidade da Eucaristia, a caridade pastoral e a unidade de vida do presbítero (...). Se o presbítero empresta a Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote, a inteligência, a vontade, a voz e as mãos para, mediante o seu ministério, poder oferecer ao Pai o sacrifício sacramental da redenção, deverá fazer próprias as disposições do Mestre e viver, como Ele, sendo "dom" para os seus irmãos. Deverá por isso aprender a unir-se intimamente à oferta, colocando sobre o altar do sacrifício toda a sua vida como sinal manifestativo do amor gratuito e previdente de Deus ».[85] No dom permanente do Sacrifício eucarístico, memorial da morte e da ressurreição de Jesus, os sacerdotes receberam sacramentalmente a capacidade única e singular de levar aos homens, como ministros, o testemunho do amor inexaurível de Deus que, na perspectiva ulterior da história da salvação, se confirmará mais forte do que o pecado. O Cristo pascal é a encarnação definitiva da misericórdia, o seu sinal vivo: histórico-salvífico e, ao mesmo tempo, escatológico.[86] O sacerdócio, dizia o Santo Cura d'Ars, « é o amor do Coração de Jesus [87]. Com Ele, também os sacerdotes são, graças à sua consagração e ao seu ministério, um sinal vivo e eficaz deste grande amor, daquele « *amoris officium* », de que falava Santo Agostinho [88].

2. « *Sacerdos et hostia* »

A autêntica misericórdia é essencial a sua natureza de dom. Ela deve ser acolhida como um dom imerecido que é oferecido gratuitamente, que não provém da própria benemerência. Esta liberalidade insere-se no desígnio salvífico do Pai, porque « nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele quem nos amou e enviou-nos o seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados » (1 *Jo* 4, 10). E é exatamente neste contexto que o ministério ordenado encontra a sua razão de ser. Ninguém pode conferir a si mesmo a graça: esta deve ser dada e oferecida. O que supõe a existência de ministros da graça, autorizados e habilitados por Cristo. A tradição da Igreja chama « sacramento » a esse ministério ordenado, através do qual os convidados por Cristo realizam e dão, por dom de Deus, aquilo que por si mesmos não podem nem realizar nem dar [89].

Os sacerdotes, portanto, devem considerar-se como sinais vivos e portadores da misericórdia, que não oferecem como *própria*, e sim como dom *de Deus*. Eles são, antes, os servidores do amor de Deus pelos

homens, ministros da misericórdia. A vontade de serviço insere-se no exercício do ministério sacerdotal como elemento essencial que, por sua vez, exige, na pessoa, também a respectiva disposição moral. O presbítero torna presente aos homens Jesus, que é o pastor que veio « não para ser servido, mas para servir » (Mt 20, 28). O sacerdote serve, em primeiro lugar, a Cristo, mas de uma maneira que passa necessariamente através do serviço generoso à Igreja e à sua missão.

« Ele ama-nos, tendo derramado o seu sangue para lavar os nossos pecados: *Pontifex qui dilexisti nos et lavasti nos a peccatis in sanguine tuo*. Entregou-Se a Si mesmo por nós: *tradidisti temetipsum Deo oblationem et hostiam*. Cristo introduz, no santuário eterno, o sacrifício de Si mesmo, que é o preço da nossa redenção. A oferta, isto é, a vítima, é inseparável do sacerdote ».[90] Embora somente Cristo seja simultaneamente *Sacerdos et Hostia*, o seu ministro, inserido na dinâmica missionária da Igreja, é sacramentalmente *sacerdos*, mas com um permanente apelo a se tornar também *hostia*, a nutrir em si « os mesmos sentimentos de Cristo Jesus » (Fil 2, 5). Desta inseparável unidade entre sacerdote e vítima,[91] entre sacerdócio e Eucaristia, depende a eficácia de toda a ação de evangelização. Da unidade sólida no Espírito Santo — entre Cristo e o seu ministro, sem pretender, da parte deste último, substituir-se a Ele e sim apoiando-se n'Ele e deixando-o agir em si e por seu intermédio, depende também hoje a obra eficaz da misericórdia divina, contida na Palavra e nos Sacramentos. A esta conexão do sacerdote com Jesus na ação ministerial estende-se também a importância das palavras: « Eu sou a verdadeira videira ... Como o ramo não pode dar fruto por si mesmo, se não permanece na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim » (Jo 15, 4).

O apelo a se tornar *hostia* juntamente com Cristo encontra-se também à base da coerência do compromisso celibatário com o ministério sacerdotal em favor da Igreja. Trata-se da incorporação do sacerdote no sacrifício pelo qual « Cristo amou a Igreja e entregou-se a si mesmo por ela, para torná-la santa » (Ef 5, 25-26). O presbítero é chamado a ser « imagem viva de Jesus Cristo, Esposo da Igreja », [92] fazendo da sua vida toda inteira uma oblação em favor dela. « O celibato sacerdotal é, então, o dom de si *em e com* Cristo à sua Igreja e exprime o serviço do presbítero à Igreja no e com o Senhor ».[93]

3. A cura pastoral dos sacerdotes: servir, conduzindo com amor e com fortaleza « Exercendo o *munus* de Cristo Cabeça e Pastor na parte de autoridade que lhes toca, os Presbíteros reúnem, em nome do Bispo, a família de Deus, como fraternidade animada por um só objetivo, e levam-na por Cristo no Espírito a Deus Pai ».[94] O indispensável exercício do *munus regendi* do presbítero, longe de uma concepção meramente sociológica de capacidade organizadora, brota, também ele, do sacerdócio sacramental: « Em virtude do Sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno Sacerdote (Hb 5, 1-10; 7, 24; 9, 11-28), eles são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, de maneira que são verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento ».[95]

Os sacerdotes, participando da autoridade de Cristo, gozam de um notável ascendente sobre os fiéis. Estes sabem, porém, que a presença de Cristo no ministro « não deve ser compreendida como se este estivesse imune de todas as fraquezas humanas, do espírito de dominação, dos erros e até dos pecados » .[96] A palavra e a guia dos ministros são, pois, suscetíveis de uma maior ou menor eficácia, segundo as suas qualidades, naturais ou adquiridas, de inteligência, de vontade, de caráter e de maturidade. O reconhecimento disso, unido à consciência das raízes sacramentais da função pastoral, leva-os à imitação de Jesus, Bom Pastor, e faz da caridade pastoral uma virtude indispensável para a frutuosa realização do ministério.

« A finalidade essencial da sua ação de pastores e da autoridade que lhes é conferida » é a de « levar ao seu pleno desenvolvimento de vida espiritual e eclesial a comunidade que lhes está confiada » .[97] No entanto, « a dimensão comunitária da cura pastoral (...) não pode descurar as necessidades de cada um dos fiéis. (...) Pode-se dizer que Jesus mesmo, bom Pastor que "chama pelo nome as ovelhas" com voz que elas conhecem muito bem (Jo 10, 3-4), estabeleceu com o seu exemplo o primeiro cânone da pastoral individual: o conhecimento e a relação de amizade com as pessoas ».[98] Na Igreja, a visão comunitária deve harmonizar-se com a pessoal; mais ainda, na edificação da Igreja o pastor procede da dimensão pessoal à dimensão comunitária. No relacionamento com as pessoas individuais e com a comunidade, o sacerdote se prodiga para tratar a todos « *eximia humanitate* », [99] nunca se põe a serviço de uma ideologia ou de uma facção humana [100] e trata com todos não « segundo o agrado dos homens, mas segundo as exigências da doutrina e vida cristã ».[101]

Hoje mais do que nunca resulta especialmente necessário adequar o estilo da ação pastoral ao estado daquelas sociedades com passado cristão, mas atualmente amplamente secularizadas. Assume, portanto, maior relevo a consideração do *munus regendi*, no seu autêntico sentido missionário, que não deve ser confundido com uma tarefa burocrática-organizativa. O que exige, por parte dos presbíteros, um amoroso exercício da fortaleza, cujo modelo deve ser descoberto na atitude pastoral de Jesus Cristo. Como vemos nos Evangelhos, Ele nunca se recusa à responsabilidade que deriva da sua autoridade messiânica, mas a exerce com caridade e fortaleza. Por este motivo, a sua autoridade nunca é domínio oprimente, mas disponibilidade e espírito de serviço. Este duplo aspecto — autoridade e serviço — constitui o sistema de referência no qual enquadrar o *munus regendi* do sacerdote: ele deverá esforçar-se sempre para realizar com coerência a sua participação na condição de Cristo como Chefe e Pastor do seu rebanho.[102]

O sacerdote, com e sob o Bispo, é, também ele, pastor da comunidade que lhe foi confiada e, animado pela caridade pastoral, não deve ter medo de exercer a própria autoridade naqueles campos nos quais é obrigado a exercê-la, porque para isso ele foi constituído em autoridade; é necessário recordar que mesmo quando ela é exercida com a necessária fortaleza, é preciso fazê-lo procurando « *non tam praeesse quam prodesse* » (não tanto comandar, mas servir).[103] Quem deve exercer a autoridade deve

estar atento à tentação de se eximir de uma tal responsabilidade; se não a exerce, se subtrai ao serviço. Em íntima comunhão com o Bispo e com todos os fiéis, evitará de introduzir no seu ministério pastoral seja formas de autoritarismo extemporâneo, seja modalidades de gestão inspiradas ao democratismo, ambas estranhas à realidade mais profunda do ministério e que trazem como consequência a secularização do sacerdote e a clericalização dos leigos.^[104] Não raramente, sob comportamentos deste tipo, pode esconder-se o medo de assumir responsabilidade, de se enganar, de não agradar, o medo da impopularidade, de andar ao encontro da cruz, etc.: no fundo, trata-se de um obscurecimento que diz respeito à raiz autêntica da identidade sacerdotal: a assimilação com Cristo, Pastor e Chefe.

Neste sentido, a nova evangelização exige também que o sacerdote torne evidente a sua presença genuína. Deve-se ver que os ministros de Cristo estão presentes e disponíveis entre os homens. Por isso é importante também uma sua inserção amigável e fraterna na comunidade. Em tal contexto, compreende-se a importância pastoral da disciplina que diz respeito à veste eclesial, da qual o presbítero não deve prescindir, enquanto ela serve para anunciar publicamente a sua dedicação, sem limites de tempo e de lugar, ao serviço de Cristo, dos irmãos e de todos os homens.^[105] Quanto mais uma sociedade traz consigo os sinais da secularização, tanto mais necessários são os sinais visíveis.

O sacerdote deve estar atento para não cair no comportamento contraditório pelo qual poderia se eximir de exercer a sua autoridade nos setores da própria competência direta, para depois, no entanto, intrometer-se em questões temporais, como as de ordem socio-política,^[106] deixadas por Deus à livre disposição dos homens.

Embora o sacerdote possa gozar de um notável prestígio junto aos fiéis e, pelo menos em alguns lugares, também junto às autoridades civis, é necessário lembrar-se de que tal prestígio deve ser vivido humildemente, dele servindo-se corretamente, para colaborar efetivamente à « *salus animarum* » e recordando que somente Cristo é o verdadeiro Chefe do Povo de Deus: para Ele devem ser conduzidos os homens, evitando que se apeguem à pessoa do sacerdote. As almas pertencem somente a Cristo, porque somente Ele, para a glória do Pai, as resgatou a preço do seu sangue precioso. E somente Ele é, no mesmo sentido, Senhor dos bens sobrenaturais e Mestre que ensina com autoridade própria e original. O sacerdote é apenas um administrador, em Cristo e no Espírito Santo, dos dons que a Igreja lhe confiou e, como tal, não tem o direito de omiti-los, desviá-los ou de modelá-los a bel-prazer.^[107] Não recebeu, por exemplo, a autoridade de ensinar aos fiéis que lhe foram confiados somente algumas verdades da fé cristã, deixando de lado outras, porque consideradas por ele mais difíceis de se aceitar ou menos atuais ». ^[108]

Pensando, pois, na nova evangelização e na necessária direção pastoral dos presbíteros, é importante esforçar-se por ensinar a todos como realizar uma obra de discernimento atenta e sincera. Sob a atitude de « não querer impor-se », etc., poderia se esconder um desconhecimento da substância teológica do ministério pastoral ou, talvez, uma falta de caráter que busca

fugir da responsabilidade. Não se deve dar menos importância tampouco a eventuais apegos indevidos a pessoas ou a encargos pastorais, ou ainda o mal disfarçado desejo de popularidade e as faltas de reta intenção. A caridade pastoral nada seria sem a humildade. Frequentemente, por detrás de uma rebelião aparentemente motivada, por detrás da reticência diante de uma mudança de atividade pastoral proposta pelo Bispo, ou de um excêntrico modo de pregar, de celebrar a liturgia, ou ainda de não revestir as vestes previstas para o próprio estado ou de alterá-las a seu bel-prazer, pode se esconder o amor próprio e o desejo, talvez inconsciente, de se fazer notar.

A nova evangelização exige do sacerdote também uma renovada disponibilidade para exercer o próprio ministério pastoral onde ele seja mais necessário. « Como sublinha o Concílio, "o dom espiritual que os presbíteros receberam na ordenação não os prepara para uma missão limitada e restrita, mas, pelo contrário, para uma imensa e universal missão de salvação até aos últimos confins da terra, dado que todo e qualquer ministério sacerdotal participa da mesma amplitude universal da missão confiada por Cristo aos Apóstolos" ». [\[109\]](#) A escassez numérica de clero, que se verifica em alguns Países, unida ao dinamismo característico do mundo contemporâneo, torna particularmente necessário poder contar com sacerdotes dispostos não somente a mudar de encargos pastorais, mas também de cidade, região ou país, segundo as diversas necessidades, e a exercer a missão que, segundo as circunstâncias, seja a mais necessária, deixando de lado, por amor de Deus, os próprios gostos e projetos pessoais. « Pela própria natureza do seu ministério, eles devem, portanto, ser penetrados e animados de um profundo espírito missionário, "daquele espírito verdadeiramente católico que os habitua a olhar para além dos confins da própria diocese, nação ou rito, e ajudar as necessidades de toda a Igreja, dispostos a pregar o Evangelho em toda a parte" ». [\[110\]](#) O correto sentido da Igreja particular, também na formação permanente, não deve nunca obscurecer o sentido da Igreja universal, mas com este há de ser harmonizado.

SUGESTÕES PARA A REFLEXÃO SOBRE O CAPÍTULO IV

21. Como manifestar de maneira mais viva, através de nossas comunidades e, de maneira especial, através dos sacerdotes, a misericórdia de Deus para com os necessitados? Insiste-se suficientemente, por exemplo, na prática das obras de misericórdia, tanto espiritual como corporal, como caminho de amadurecimento cristão e de evangelização?

22. A caridade pastoral em todas as suas dimensões é realmente « alma e força da formação permanente » de nossos sacerdotes?

23. Os sacerdotes são concretamente encorajados a cuidar, com sincero espírito de fraternidade, de todos os outros coirmãos, particularmente dos enfermos, dos anciãos e de quantos se encontrem em dificuldades? Existem formas de vida comum livremente escolhidas ou experiências semelhantes?

24. Os nossos sacerdotes compreendem e exercem corretamente a sua específica função de guia espiritual das comunidades que lhes são confiadas? Como a exercem concretamente?

25. Na formação espiritual dos sacerdotes dá-se suficiente relevo à dimensão missionário do ministério sagrado e à dimensão universal da Igreja?

26. Existem verdades de fé ou princípios de moral que facilmente são omitidos na pregação?

27. Uma das funções próprias do ministério pastoral é a de unir as forças a serviço da missão evangelizadora. São estimuladas todas as vocações ao interno da Igreja, respeitando o carisma própria de cada uma?

CONCLUSÕES

« A nova evangelização tem necessidade de evangelizadores novos, e estes são os presbíteros que se esforçam por viver o seu sacerdócio como caminho específico para a santidade ». [111] Para que seja assim, é de fundamental importância que cada sacerdote descubra novamente, cada dia, a absoluta necessidade da sua santidade pessoal. « É preciso começar por se purificar a si mesmo antes de purificar os outros; é preciso ser instruído para poder instruir; é preciso ser luz para iluminar, aproximar-se de Deus para aproximar d'Ele os demais, ser santificado para santificar ». [112] Este empenho concretiza-se na busca de uma profunda *unidade de vida*, que leva o sacerdote a procurar ser e viver como um *outro Cristo* em todas as circunstâncias da vida.

Os fiéis da paróquia, ou aqueles que participam das várias atividades pastorais, vêem — observam! — e ouvem — analisam! — não somente quanto se prega a Palavra de Deus, mas também quando se celebram os diversos atos litúrgicos, particularmente a Santa Missa; quando são recebidos no escritório paroquial e onde esperam modos acolhedores e amáveis; [113] quando vêem o sacerdote que come ou que descansa, e se edificam com a sua sobriedade e temperança; quando vão encontrá-lo em casa, e se alegram com a simplicidade e pobreza sacerdotal nas quais vive; [114] quando o vêem vestir-se com propriedade e perfeita ordem a sua veste própria, quando falam com ele, mesmo dos assuntos mais comuns, e se sentem confortados ao comprovarem a sua visão sobrenatural, a sua delicadeza e o seu estilo humano, com que trata mesmo as pessoas mais humildes, com nobreza autêntica e sacerdotal. « A graça e a caridade do altar dilatam-se dessa forma no púlpito, no confessionário, no arquivo paroquial, na escola, no movimento juvenil, nas casas e nas estradas, nos hospitais, nos meios de transporte e nos de comunicação social, onde quer que o sacerdote tenha a possibilidade de exercer o seu trabalho de pastor: em todos os casos, é a sua Missa que se expande, é a sua união com Cristo Sacerdote e Hóstia que o leva a ser — como dizia Santo Inácio de Antioquia, « trigo de Deus para ser feito pão puro de Cristo » (cfr. *Epist. ad Romanos*, IV, 1), pelo bem dos irmãos ». [115]

Deste modo o sacerdote do Terceiro Milênio permitirá que se repita

novamente, em nossos dias, a reação dos discípulos de Emaús, que, depois de ter ouvido do Mestre divino Jesus a explicação da Bíblia, não podem deixar de se perguntar admirados: « Não ardia o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho, quando nos explicava as Escrituras? (Lc 24, 32) ».

À Rainha e Mãe da Igreja devemos confiar a nós mesmos, os Pastores, para que, em unidade de intenções com o Vigário de Cristo, saiba-mos descobrir os modos para fazer brotar em todos os sacerdotes da Igreja um sincero desejo de renovação na sua função de mestres da Palavra, ministros dos Sacramentos e guias da comunidade. A Rainha da Evangelização pedimos que a Igreja de hoje saiba descobrir uma vez mais os caminhos que a misericórdia do Pai, em Cristo pelo Espírito Santo, preparou desde toda a eternidade para atrair também os homens de nossa época à comunhão com Ele.

Roma, na Sede da Congregação, no dia 19 de março de 1999, solenidade de São José, Padroeiro da Igreja Universal.

DARÍO Card. CASTRILLÓN HOYOS

Prefeito

CSABA TERNYÁK

Arceb. tit. de Eminentiana

Secretário

ORAÇÃO A MARIA SANTÍSSIMA

MARIA, Estrela da nova evangelização, que desde o início apoiaste e encorajaste os Apóstolos e os seus colaboradores na difusão do Evangelho, aumenta nos sacerdotes, no limiar do terceiro milênio, a consciência de serem os primeiros responsáveis da nova evangelização.

MARIA, Primeira evangelizada e primeira evangelizadora, que com fé, esperança e caridade incomparáveis, respondeste ao anúncio do Anjo, intercede por aqueles que são configurados ao teu Filho, Cristo Sacerdote, para que também eles respondam, com o mesmo espírito, ao urgente apelo que o Santo Padre, em nome de Deus, lhes dirige por ocasião do grande jubileu.

MARIA, Mestre de fé vivida, que acolheste a Palavra divina com plena disponibilidade, ensina aos sacerdotes a se familiarizarem com aquela Palavra, mediante a oração, e a se colocarem ao seu serviço, com humildade e ardor, de maneira que ela continue a exercer toda a sua força salvífica no terceiro milênio da redenção.

MARIA, Cheia de graça e Mãe da graça, cuida de teus filhos sacerdotes que, como ti, são chamados a ser os

colaboradores do Espírito Santo, que faz renascer Jesus no coração dos fiéis. Ensina-lhes, no aniversário do nascimento do teu Filho, a serem fiéis dispensadores dos mistérios de Deus. Com teu auxílio, que eles possam abrir a tantas almas o caminho da Reconciliação e façam da Eucaristia a fonte e o cume da própria vida e da existência dos fiéis que lhe são confiados.

MARIA, Estrela no alvorecer do terceiro milênio, continua a guiar os sacerdotes de Jesus Cristo, para que, seguindo o exemplo do teu amor por Deus e pelo próximo, saibam ser pastores autênticos e possam guiar os passos de todos para Jesus, a luz verdadeira que ilumina cada homem (cfr. *Jo* 1, 9). Que os sacerdotes e, por meio deles, todo o Povo de Deus, escutem o afetuoso e premente convite que lhes diriges no limiar do novo milênio da história da salvação: « Fazei tudo aquilo que ele vos disser » (cfr. *Jo* 2, 5). « No ano 2000 — diz-nos o Vigário de Cristo — deve ressoar com força renovada a proclamação da verdade: *Ecce natus est nobis Salvator mundi* » ([*Tertio millennio adveniente*](#), 38).

Notas

[1] João Paulo II, Carta ap. *Tertio millennio adveniente* (10 de novembro de 1994), n. 38: AAS 87 (1995), p. 30.

[2] João Paulo II, Carta enc. *Redemptoris missio* (7 de dezembro de 1990), n. 33: AAS 83 (1991), p. 279.

[3] Cfr. Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia* (31 de janeiro de 1994), n. 7: Libreria Editrice Vaticana, 1994, p. 11.

[4] João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis* (25 de março de 1992), n. 18: AAS 84 (1992), p. 685.

[5] João Paulo II, Carta enc. *Redemptoris missio*, n. 1: *l.c.*, p. 249.

[6] « Muitas vezes a religião cristã arrisca-se a ser considerada uma religião entre muitas outras, senão mesmo a ser reduzida a uma pura ética social ao serviço do homem. Assim nem sempre emerge a sua desconcertante "novidade" na história: ela é "mistério", é o evento do Filho de Deus, que se faz homem, e dá a quantos o acolhem "o poder de se tornarem filhos de Deus" (*Jo* 1, 12) » (João Paulo II, Exort. apost. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 46.).

[7] Cfr. Concílio Ecuménico Vaticano II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 2; João Paulo II, Exort. apost. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 13: *l.c.*, 677-678; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, nn. 1, 3, 6: *l.c.*, pp. 7, 9, 10 11; Congregação para o Clero, Conselho Pontifício para os Leigos, Congregação para a Doutrina da Fé, Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Congregação para os Bispos, Congregação

para a Evangelização dos Povos, Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, Conselho Pontifício para a Interpretação dos Textos Legislativos, Instrução sobre algumas questões acerca da colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes *Ecclesiae de mysterio* (15 de agosto de 1997), Premissa: AAS 89 (1997), p. 852.

[8] João Paulo II, Carta enc. *Redemptoris missio*, n. 63: *l.c.*, p. 311.

[9] *Ibid.*, n. 67: *l.c.*, p. 315.

[10] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, Introdução: *l.c.*, p. 4; cfr. João Paulo II, Exort. apost. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, nn. 2 e 14: *l.c.*, pp. 659-660; 678-679.

[11] Cfr. João Paulo II, Carta enc. *Fides et Ratio* (14 de setembro de 1998), n. 62.

[12] Cfr. Catecismo da Igreja Católica, n. 171.

[13] Cons. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 30.

[14] Cfr. *ibid.*, n. 48.

[15] Cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 21: *l.c.*, p. 688-690.

[16] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 12; João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 25: *l.c.*, pp. 695-697.

[17] Cfr. Congregação Para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 43: *l.c.*, p. 42.

[18] São Gregório Magno, *A Regra Pastoral*, II, 1.

[19] João Paulo II, Alocução ao VI Simpósio dos Bispos europeus (11 de outubro de 1995): *L'Osservatore Romano*, ed. port., 20 outubro 1985, p. 4.

[20] Cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 12: *l.c.*, pp. 675-677.

[21] João Paulo II, Alocução inaugural da IV Conferência Geral do Episcopado latino-americano, Santo Domingo (12 de outubro de 1992), n. 1: *L'Osservatore Romano*, ed. port., 18 de outubro de 1992, p. 9.

[22] Paulo VI, Exort. ap. *Evangelii nuntiandi* (8 de dezembro de 1975), n. 47: AAS 68 (1976), p. 37.

[23] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 28.

[24] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 4; João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 26: *l. c.*, pp. 697-700.

[25] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, nn. 5, 13, 14; João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, nn. 23, 26, 48: *l. c.*, pp. 691-694; 697-700; 742-747; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 48: *l. c.*, pp. 48ss.

[26] Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 4.

[27] *Ibid.*, n. 11.

[28] Cfr. João Paulo II, Alocução aos Bispos do CELAM (9 de março de 1983): *Insegnamenti*, VI, 1 (1983), p. 698; Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 18: *l. c.*, pp. 684-686.

[29] Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Dei Verbum*, n. 2.

[30] Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 4.

[31] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1550.

32. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 26: *l. c.*, p. 698.

[33] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 45: *l. c.*, p. 44.

[34] Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 4.

[35] S. Agostinho, *De doct. christ.*, 4, 15, 32: *PL* 34, 100.

[36] Cfr. Paulo VI, Const. ap. *Laudis canticum* (1 de novembro de 1970): *AAS* 63 (1971), pp. 533-534.

[37] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 45: *l. c.*, 43.

[38] Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 22.

[39] *Ibidem*.

[40] Cfr. Congregação para o Clero, Conselho Pontifício para os Leigos, Congregação para a Doutrina da Fé, Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Congregação para os Bispos, Congregação para a Evangelização dos Povos, Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, Conselho Pontifício para a Interpretação dos Textos Legislativos, Instrução sobre algumas questões acerca da colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes *Ecclesiae de mysterio* (15 de agosto de 1997), Premissa: *AAS* 89 (1997), p.

852 ss.

[41] Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 19.

[42] Cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, nn. 70 e ss: *l.c.*, pp. 778 ss; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 69 e ss: *l. c.*, pp. 72 ss.

[43] Cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, nn. 26 e 47: *l. c.*, pp. 697-700; 740-742; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 46: i.e., p. 46.

[44] Congregação para a Educação Católica, dos Seminários e dos Institutos de Estudo, Instrução sobre o estudo dos Padres da Igreja na formação sacerdotal (10 de novembro de 1989), nn. 26-27: AAS 82 (1990), pp. 618-619.

[45] João Paulo II, Carta enc. *Fides et ratio* (14 de setembro de 1998), n. 2.

[46] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 46: *l. c.*, p. 46.

[47] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 738.

[48] Conc. Ecum. Vat. II, Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 2.

[49] Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 48.

[50] Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 45.

[51] Cfr. Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 7: *l. c.*, pp. 11-12.

[52] João Paulo II, Catequese na Audiência geral (5 de maio de 1993): *Insegnamenti XVI*, 1 (1993), p. 1061.

[53] Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 12.

[54] Cfr. *ibid.*, n. 5.

[55] João Paulo II, Catequese na Audiência geral (12 de maio de 1993): *Insegnamenti XVI*, 1 (1993), p. 1197.

[56] Conc. Ecum. Vat. II, Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 2.

[57] João Paulo II, Carta aos Sacerdotes por ocasião da Quinta-Feira Santa (16 de março de 1997), n. 5: AAS 89 (1997), p. 662.

[58] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Sacrosanctum Concilium*, nn. 2. 10.

[59] Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 6.

[60] *Ibid.* n. 5.

[61] Cfr. *ibidem*.

[62] Cfr. João Paulo II, Catequese na Audiência geral (12 de maio de 1998): *Insegnamenti*, XVI, 1 (1993), p. 1197-1198.

[63] Cfr. João Paulo II, Carta ap. *Dies Domini* (31 de maio de 1998), n. 46: AAS 90 (1998), p. 742.

[64] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 49.

[65] João Paulo II, Catequese na Audiência geral (12 de maio de 1993): *Insegnamenti*, XVI, 1 (1993), p. 1198.

[66] Cfr. *ibidem*; Conc. Ecum. Vat. II, Const. *Sacrosanctum Concilium*, nn. 112, 114, 116, 120, 122-124, 128.

[67] Cfr. Pio XII, *Radiomensagem ao Congresso Catequístico Nacional dos Estados Unidos*, 26 de outubro de 1946: *Discorsi e Radiomessaggi VIII* (1946), p. 288; João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Reconciliatio et paenitentia* (2 de dezembro de 1984), n. 18: AAS 77 (1985), pp. 224-228.

[68] João Paulo II, Carta enc. *Dives in misericordia* (30 de novembro de 1980), n. 13: AAS 72 (1980), pp. 1220-1221.

[69] Cfr. João Paulo II, Catequese na Audiência geral (22 de setembro de 1993): *Insegnamenti*, XVI, 2 (1993), p. 826.

[70] João Paulo II, Carta enc. *Dives in misericordia*, n. 13: *l.c.*, p. 1219.

[71] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 54: *l.c.*, p. 54; cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Reconciliatio et paenitentia*, n. 31: *l.c.*, pp. 257-266.

[72] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 32: *l. c.*, p. 31.

[73] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 13; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 52: *l. c.*, 52-53.

[74] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 52: *l.c.*, p. 53; cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis* n. 13.

[75] Cfr. Conselho Pontifício para a Interpretação dos Textos Legislativos, Resposta sobre o can. 964 4 2 *CIC* (7 de julho de 1998): AAS 90 (1998), p.

711.

[76] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 18; João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, nn. 26, 48: *l.c.*, pp. 697-700; 742-745; Catequese na Audiência geral (26 de maio de 1993), n. 4: *Insegnamenti XVI*, 1 (1993), p. 1331; Exort. ap. pós-sinodal *Reconciliatio et poenitentia*, n. 31: *l.c.*, pp. 257-266; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 53: *l.c.*, p. 54.

[77] João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Reconciliatio et poenitentia*, n. 31, VI: *l.c.*, p. 266.

[78] João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 17: *l.c.*, p. 683.

[79] A este respeito, pede-se uma sólida preparação acerca daqueles temas que se apresentam mais freqüentemente. Resulta, para isso, de grande ajuda o *Vademecum para os confessores sobre alguns temas de moral atinentes à vida conjugal* (Conselho Pontifício para a Família [12 de fevereiro de 1997]).

[80] Cfr. *ibidem*.

[81] João Paulo II, Carta enc. *Dives in misericordia*, n. 13: *l.c.*, p. 1219.

[82] *Ibid.*, n. 3: *l. c.*, p. 1183.

[83] Cfr. *ibid.*, n. 13: *Lc.*, pp. 1218-1221.

[84] *Ibid.*, n. 8: *l. c.*, p. 1204.

[85] Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 48: *l.c.*, p. 49.

[86] Cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 8: *l.c.*, pp. 668-669.

[87] Cfr. *Jean-Marie Vianney, cure d'Ars: sa pensée, son coeur*, présentés par Bernard Nodet, Le Puy 1960, p. 100.

[88] S. Agostinho, *In Iohanms evangelium tractatus*, 123, 5: *CCL* 36, 678.

[89] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 875.

[90] João Paulo II, *Carta aos Sacerdotes* por ocasião da Quinta-Feira Santa (16 de março de 1997), n. 4: *AAS* 89 (1997), p. 661.

[91] Cfr. S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.* III, q. 83, a. 1, ad 3.

[92] João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 22: *l. c.*,

p. 691.

[93] *Ibid.*, n. 29: *l.c.*, p. 704.

[94] Conc. Ecum. Vat., II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 6.

[95] Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 28.

[96] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1550.

[97] João Paulo II, Catequese na Audiência geral (19 de maio de 1993), n. 2: *Insegnamenti XVI*, 1 (1993), p. 1254.

[98] *Ibidem*, n. 4: *l.c.*, p. 1255-1256.

[99] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 6.

[100] Cfr. *ibidem*.

[101] *Ibidem*.

[102] Cfr. Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 17: *l. c.*, pp. 18-20.

[103] S. Agostinho, Ep. 134, 1: *CSEL* 44, 85.

[104] Cfr. Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 19: *l.c.*, p. 21; João Paulo II, Alocução ao Simpósio sobre a Colaboração dos Leigos no ministério pastoral dos presbíteros (22 de abril de 1994), n. 4: « Sacrum Ministerium » 1 (1995), p. 64; Congregação para o Clero, Conselho Pontifício para os Leigos, Congregação para a Doutrina da Fé, Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Congregação para os Bispos, Congregação para a Evangelização dos Povos, Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, Conselho Pontifício para a Interpretação dos Textos Legislativos, Instrução sobre algumas questões acerca da colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes *Ecclesiae de mysterio* (15 de agosto de 1997), Premissa: AAS 89 (1997), p. 852.

[105] Cfr. Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 66: *l. c.*, p. 67-68.

[106] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2442; *C.I.C.*, can. 227; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 33: *l.c.*, p. 31-32.

[107] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. *Sacrosanctum Concilium*, n. 22; *C.I.C.*, can. 846; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, nn. 49 e 64: *l.c.*, pp. 49 e 66.

[108] Cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dato vobis*, n. 26: i.e., pp. 697-700; Catequese na Audiência geral (21 de abril de 1993): *Insegnamenti XVI*, 1 (1993), p. 938; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 45: l. c., pp. 43-45.

[109] João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 18: l. c., p. 684; cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 10.

[110] João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 18: l. c., p. 684; cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Optatam totius*, n. 20.

[111] João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 82: l. c., p. 801.

[112] S. Gregório de Nanziano, *Orationes* 2, 71: PG 35, 480.

[113] Cfr. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 43: l.c., pp. 731-733.

[114] Cfr. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Presbyterorum ordinis*, n. 17; C.LC., can. 282; João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 30: l.c., pp. 705-707; Congregação para o Clero, Diretório para o ministério e a vida dos Presbíteros *Tota Ecclesia*, n. 67: l. c., 68-70.

[115] João Paulo II, Catequese na Audiência geral (7 de julho de 1993), n. 7: *Insegnamenti XVI*, 2 (1993), p. 38.